



Universidades Lusíada

Tavares, João António de Mendonça Vieira Lopes,
1991-

Recensão : "Corredor e rota : uma ordem mundial chinesa" de Bruno Mações

<http://hdl.handle.net/11067/7727>

<https://doi.org/10.34628/EGM5-NH37>

Metadata

Issue Date	2024
Publisher	Universidade Lusíada Editora
Keywords	Mações, Bruno, 1974- Crítica e interpretação, China - Relações externas - Século 21, China - Política económica - Século 21, China - Política comercial - Século 21
Type	article
Peer Reviewed	No
Collections	[ULL-FCHS] LPIS, n. 29 (2024)

This page was automatically generated in 2025-04-18T17:21:34Z with information provided by the Repository

CORREDOR E ROTA - UMA ORDEM MUNDIAL CHINESA.

LISBOA: RELÓGIO D'ÁGUA
MAÇÃES, BRUNO. 2022

João Tavares

Doutorando em Relações Internacionais pela NOVA FCSH

a2022117390@campus.fcsb.unl.pt

ORCID: [0000-0002-3764-8797](https://orcid.org/0000-0002-3764-8797)

DOI: <https://doi.org/10.34628/EGM5-NH37>

Data de submissão / Submission date: 12.06.2024

Data de aprovação / Acceptance date: 24.10.2024

Nesta monografia, originalmente publicada em 2020, agora publicada em língua portuguesa durante o ano de 2022, sob a chancela da Relógio D'Água, Bruno Mações¹ apresenta ao leitor uma história sobre poder e influência de uma grande potência da Eurásia, sob a forma de uma visão multifacetada de um dos maiores empreendimentos geopolíticos do século XXI, a *Belt and Road Initiative* (BRI), cujo projeto chinês pretende proceder com a reconfigurar os principais pólos económicos existentes no sistema internacional, tendo em vista a substituição da atual ordem mundial. O BRI tem sido objeto de apreensão, uma vez que envolve um vasto conjunto de Estados que operam no sistema internacional, assim como tem implicações geopolíticas e socioeconómicas para os Estados que estão envolvidos na rede do empreendimento chinês, cuja tese o autor promove ao longo de cinco capítulos.

No primeiro capítulo, o autor promove uma discussão sobre as circunstâncias históricas que conduziram à forma atual da BRI. Alguns observadores têm a tendência de descrever o projeto chinês como a Nova Rota da Seda, e as autoridades chinesas lançaram-no inicialmente sob a marca “Uma Faixa, Uma Rota”. O empreendimento foi lançado a nível mundial pelo governo de Pequim, em 2015, com previsão de conclusão em 2049. De acordo com o autor, os benefícios desta estratégia para a República Popular da China são bastante óbvios. Por um lado, permite à China aceder a novos mercados para exportações e também receber condições mais favoráveis para as importações. Por outro lado, oportunidades como estas reforçam também a posição do *renminbi* como moeda global de

¹ Bruno Mações foi Secretário de Estado dos Assuntos Europeus durante XIX e XX Governos de Portugal sob a liderança do Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho. Atualmente Conselheiro Sénior da Flint Global, em Londres, onde aconselha companhias sobre assuntos de política internacional, assim como Senior Fellow da Universidade de Renmin, em Beijing, e no Hudson Institute, em Washington DC.

comércio e investimento, permitindo, desta forma, desafiar a supremacia do dólar, a moeda dos Estados Unidos da América (EUA), a superpotência hegemónica que domina a atual configuração do sistema internacional.

Para além do domínio económico, a BRI tem sido percecionada como uma forma de domínio geopolítico pelas principais grandes potências no espaço euro-atlântico, nomeadamente os EUA, a França e a Alemanha, por causa das suas implicações para a estratégia militar das forças armadas chinesas, tais como, a construção de portos em Estados como o Djibuti, o Paquistão, e o Sri Lanka, por exemplo. À primeira vista, a construção dos portos aparenta ser um projeto económico que visa melhorar a rede do comércio mundial, assim como contribuir para gerar prosperidade nessas regiões portuárias, mas, ao mesmo tempo, também serve de contributo para a construção de facilidades navais, o que vai permitir o reforço da capacidade militar da armada chinesa para o governo de Pequim poder ser capaz de projetar o seu poder naval nessas mesmas regiões.

O segundo capítulo é uma perspetiva global do empreendimento da BRI, com o autor a chamar atenção para o facto de as autoridades chinesas estarem a evitar efetuarem comparações da BRI com Plano Marshall. Para a China, a BRI pretende ser um novo modelo das relações entre os Estados na arena da política internacional e não a restauração de um modelo antigo, uma vez que a BRI emerge de uma cooperação que pretende ser benéfica para todos os seus participantes e não uma estratégia geopolítica imperial. Estes dois argumentos são um reflexo da *Tianxia*, como nota o autor.

O terceiro capítulo aborda as implicações económicas da BRI. Começa por chamar a atenção para a forma como esta estratégia se baseia nos sucessos anteriores da China. As cadeias de valor estão no centro desta estratégia e têm sido fundamentais para a integração da República Popular da China na economia mundial, que começou há quatro décadas sob as reformas de Deng Xiaoping. Esta trajetória de crescimento económico centrou-se na abundância de mão-de-obra não qualificada existente. No entanto, na economia mundial, a mão-de-obra não qualificada tem uma capacidade limitada para impulsionar o crescimento económico. Em 2015, os deci-

sores políticos chineses reconheceram isto ao observarem publicamente que o seu país enfrentava um risco real de cair na armadilha do rendimento médio, na qual são espremidos entre a concorrência de baixos salários nas indústrias maduras e os inovadores dos países ricos nas indústrias emergentes. Entre as estratégias para ultrapassar esta situação está a ênfase da China nos padrões globais, pelo que o controlo sobre os padrões globais é uma fonte considerável de receitas e as empresas multinacionais que possuem patentes ganham milhares de milhões de dólares em *royalties* a nível mundial. As empresas chinesas que fabricam produtos eletrónicos, que por sua vez, pagam elevadas taxas de *royalties* sobre os preços grossistas dos produtos que exportam. A BRI representa uma oportunidade para a China exportar os seus padrões e receber taxas, em vez de simplesmente se conformar com os padrões estrangeiros e pagar taxas a Estados terceiros.

No quarto capítulo, o autor partilha o seu ceticismo em relação à BRI, particularmente no contexto das fronteiras e dos conflitos no subcontinente indiano. O papel do Paquistão como jóia da coroa da BRI reflete-se sobre o Corredor Económico China-Paquistão (CPEC). As preocupações da vizinha Índia sobre este corredor sustentam as alianças com o Afeganistão e o Irão. Talvez o exemplo mais proeminente seja o investimento de 500 milhões de dólares da Índia no Porto de Chabahar, uma vez que este está estrategicamente localizado na província de Sistão-Baluchistão, que partilha fronteiras comuns com o Afeganistão e o Paquistão, e permite à Índia aceder diretamente ao Afeganistão e a outros mercados sem litoral na região da Ásia Central. Embora a Índia e o Japão, tenham acesso a um eventual lugar neste empreendimento chinês, o mesmo ainda não está claramente estabelecido. Tanto a Índia como o Japão são conhecidos pelas suas posições maleáveis no BRI, com mudanças a ocorrerem com novos desenvolvimentos, a União Europeia já não goza de tal flexibilidade, por não ser capaz de rivalizar com o empreendimento chinês, ou participar no mesmo.

E no último capítulo, o autor apresenta uma série de cenários geopolíticos para o leitor ter em consideração. Num destes cenários, a China torna-se uma economia próspera e bem-sucedida, capaz de

convergir com o modelo político e social ocidental. Este cenário é aquele em que a China não procurou substituir a hegemonia dos EUA. No entanto, desenvolveu instituições internacionais alternativas nas finanças, no comércio, nas infraestruturas e na segurança para reduzir a dependência chinesa sobre o Ocidente. Um segundo cenário é aquele em que a China substitui os EUA como principal potência política e económica influente no sistema internacional. Para que tal se concretize, Mações (2022) observa que o governo de Pequim terá de oferecer ao mundo uma visão de ordem internacional que seja legítima e funcional. Um terceiro cenário é aquele onde existe um choque normativo entre duas visões da ordem mundial, com a BRI a representar um desafio directo à sociedade como produto do liberalismo ocidental. Mações não revela qual o cenário que considera mais ou menos provável, em vez disso, apela ao abandono dos paralelos com os acontecimentos dos séculos XVIII e XIX, que estão associados à supremacia global do Ocidente. O próprio autor admite que descrever uma nova ordem mundial chinesa é o equivalente a especular sobre os acionistas, os modeladores e os equilibradores do futuro da arena da política internacional.

Quanto à geopolítica da BRI, Mações defende que a China procura colocar-se no centro de uma Eurásia integrada, invocando as ideias de Halford Mackinder, pai da geopolítica moderna, cujos escritos, embora não citados no presente volume, apareceram com destaque noutra monografia da autoria de Mações, publicada em 2018, *O despertar da Eurásia: em busca da nova ordem mundial*. Nessa obra Mackinder referiu-se à Eurásia como a ilha mundial, cujo controlo era essencial para o domínio global. Numa lógica de continuidade, Mações vê a República Popular da China como o mais recente candidato à supremacia na Eurásia, com a BRI a estender a sua zona de influência tanto ao *heartland* de Mackinder (o “cinturão” que se estende pela Ásia Central e Europa Oriental) como às *rimlands* (a “estrada” marítima que traça as margens costeiras da região da Eurásia). Os principais obstáculos a esta ambição, segundo Mações, são as grandes potências *off-shore* e *rimland*, nomeadamente, os EUA, Japão e Índia, com esta última a desempenhar um papel decisivo, uma vez que a sua recusa em aderir à BRI coloca em causa

a possibilidade de sucesso do empreendimento imperial chinês.

Bruno Mações faz um excelente trabalho ao captar a exuberância do empreendimento chinês, assim como a apreensão dos outros Estados perante as intenções de Pequim, mas exagera sobre as incompatibilidades entre a BRI e a atual ordem internacional, assim como sobre as capacidades estratégicas e materiais de Pequim. Mas há um envolvimento limitado com as complexidades da expansão para os países pobres, uma vez que existe uma prática que tem suscitado preocupações sobre a extração e a exploração, especialmente através da dívida pública. O autor acredita que o projeto tenderá a alimentar as divergências e conflitos entre os Estados na Eurásia. Resta saber de que forma os EUA e a União Europeia irão responder ao empreendimento chinês?